



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 5ª REGIÃO

NÚCLEO DE COORDENADORIA DE ASSESSORIA JURÍDICA (T5-DG-AJ)

PARECER Nº 130/2021

Processo Administrativo n.º 0004818-33.2021.4.05.7000

PAD n.º 96/2021. Aquisição de material de informática. Escolha do fornecedor e dos preços devidamente justificada. Parecer favorável com fundamento no art. 24, inciso II, da Lei n.º 8.666/93. Atualização dos valores do limite da dispensa de licitação estabelecida pelo Decreto n.º 9.412/2018. Parecer favorável à contratação direta, condicionada à disponibilidade orçamentária.

1. Relatório.

Em observância ao que estabelece o Ato n.º 464/2020 da Presidência deste Tribunal, o presente processo administrativo é apresentado para análise deste Núcleo de assessoramento jurídico, em face da solicitação de **aquisição de material informática (peças para Scanner)**, consoante descrição constante do corpo do PAD n.º 96/2021 (documento n.º 2161468).

O Núcleo de Aquisições e Contratações (T5-AS-COMPRAS) unidade técnica solicitante, assim justificou a contratação:

“Atender demanda da Reprografia na digitalização de processos físicos.”

A Administração realizou cotação de preços, fato que pode ser comprovado pela juntada aos autos dos documentos constantes nos documentos n.º 2161545, 2161549, 2161551, 2161554 e 2161557.

Pela análise do Mapa Comparativo de Preços (documento n.º 2161567), verifica-se que a empresa ANDREZA LUIZA DOS SANTOS FURTADO (Aimar Serviços Ltda.), CNPJ n.º 30.826.856/0001-81, ofereceu a proposta mais vantajosa para a aquisição de 14 (catorze) unidades de Rolo de freio (*Break Roller*) e 14 (catorze) unidades de módulo de alimentação (*Pick Roller*), no valor total de R\$13.048,00 (treze mil e quarenta e oito reais).

Os autos foram instruídos com os seguintes documentos, anexados eletronicamente:

1. Pedido de Autorização de Despesa – 96/2021 com os campos devidamente preenchidos (documento n.º 2161468);
2. Mapa Comparativo de Preços (documento n.º 2161567);
3. Solicitação de empenho (documento n.º 2161723);
4. Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, com validade até 29/11/2021; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, com validade até 28/11/2021; e Certidão de Regularidade do FGTS-CRF, com validade até 15/08/2021 (documento n.º 2161718), todas expedidas em favor da empresa ANDREZA LUIZA DOS SANTOS FURTADO (Aimar Serviços Ltda.);
5. Informação da Subsecretaria de Orçamento e Finanças, asseverando que a presente despesa possui adequação à Lei Orçamentária para o presente exercício e compatibilidade com o Plano

Plurianual para os exercícios futuros e indicando que a despesa será classificada no PTRES nº. 168462, Natureza da Despesa nº. 339030.17 (valor R\$ 13.048,00), conforme documento n.º 2165615.

É o que há de relevo para ser relatado.

Passo a opinar.

2. Análise Jurídica.

Inicialmente é oportuno ressaltar que a análise em comento cingir-se-á estritamente aos aspectos jurídico-legais do pedido, vez que as questões técnicas, contábeis e financeiras fogem à competência desta Assessoria Jurídica.

2.1. Da possibilidade jurídica de contratação direta.

Para a aquisição de material de limpeza, foi escolhida a proposta mais vantajosa, apresentada pela empresa ANDREZA LUIZA DOS SANTOS FURTADO (Aimar Serviços Ltda.), CNPJ n.º 30.826.856/0001-81, que se encontra em situação de regularidade fiscal, conforme se confere nos documentos acima referidos.

A respeito da legalidade da contratação, o art. 24, inciso II, da Lei n.º 8.666/93 prevê as hipóteses em que há dispensa por parte da Administração Pública de licitar.

Dentre as possibilidades previstas pelo referenciado dispositivo, encontra-se tipificada a situação em comento, consoante se verifica abaixo:

“Art. 24 - É dispensável a licitação:

(...)

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite para alienações, previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez”. (Sem destaque no original)

Oportuno registrar ainda a redação dada pelo Decreto n.º 9.412/2018, que atualizou os valores limites das modalidades de licitação previstos no Estatuto de Licitações e Contratações Públicas, nestes termos:

“Art. 1º - Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos:

I - para obras e serviços de engenharia:

a) na modalidade convite – até R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais);

b) na modalidade tomada de preços – até R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e

c) na modalidade concorrência – acima de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e

II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:

a) na modalidade convite – até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);

b) na modalidade tomada de preços – até R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais); e

c) na modalidade concorrência – acima de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais).” (sem destaque no original)

Vê-se, portanto, que a presente contratação é de pequeno vulto, já que o valor total é R\$13.048,00 (treze mil e quarenta e oito reais), ou seja, é inferior aos R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), correspondentes a 10% (dez por cento) do valor atribuído à alínea “a” do inciso II do art. 23 da lei nº 8.666/93. Destarte, pode ser contratado diretamente, dada a dispensabilidade da licitação.

2.2. Da possibilidade de substituição de termo de contrato por instrumento equivalente.

Como o valor do objeto da contratação em análise não ultrapassa aquele relativo ao uso da modalidade convite, e ainda, por se tratar de hipótese de entrega imediata, não envolvendo obrigações futuras, cabível se faz a substituição do termo de contrato por outro instrumento, tal como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, conforme preconizado no art. 62, § 4º, da Lei nº 8.666/1993.

2.3. Da disponibilidade orçamentária.

A Constituição Federal, em seu art. 167, incs. I e II, proíbe o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual, além de proibir a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.

Para dar efetividade ao texto constitucional, a Lei 8.666 estabelece que as obras e serviços somente poderão ser licitados quando houver previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações (art. 2º, § 2º, inc. III) e que nenhuma compra será feita sem a indicação dos recursos orçamentários para o seu pagamento (art. 14), e que, em todos os casos, o procedimento da licitação conterá a indicação do recurso próprio para a despesa (art. 38, caput).

Por sua vez, a Lei Complementar 101/2000 considera, em seus arts. 15 e 16, inc. II, não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa sem que esteja acompanhada de da declaração do ordenador da despesa de sua adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

No caso em comento, consta informação da Subsecretaria de Orçamento e Finanças (documento n.º 2165615) de que a *“despesa possui adequação à Lei Orçamentária para o presente exercício e compatibilidade com o Plano Plurianual para os exercícios futuros.”*

Ademais, no documento n.º 2165774, aponta-se que *“Em face da classificação realizada pela Subsecretaria de Orçamento e Finanças (SOF), através da Informação constante no documento n.º 2165615 dos presentes autos, bem assim segundo consta da planilha de Acompanhamento Gerencial desta Secretaria Administrativa, informo que o saldo disponível para o elemento de despesa abaixo listado, considerados os processos encaminhados a esta Secretaria até o presente momento, é o seguinte: SALDO DISPONÍVEL R\$16.850,00.”*

2.4. Da necessária publicidade.

Impende ainda observar que, em virtude do princípio da economicidade a ser perseguido pela Administração Pública e seguindo orientação do TCU inserta no Acórdão n.º 1336/2006 – Plenário, Processo n.º 019.967/2005-4, fragmento transcrito abaixo, as contratações de pequeno valor, como no caso em análise, podem ser dispensadas da respectiva publicação na imprensa oficial.

“9.2 determinar à Secretaria de Controle Interno do TCU que reformule o SECOI Comunica n.º 06/2005, dando-lhe a seguinte redação: “a eficácia dos atos de dispensa e inexigibilidade de licitação a que se refere o art. 26 da Lei n.º 8.666/93 (art. 24, incisos III a XXIV, e art. 25 da Lei n.º 8.666/93), está condicionada a sua publicação na imprensa oficial, salvo se, em observância aos princípios da economicidade, os valores contratados estiverem dentro dos limites fixados nos arts. 24, I e II, da Lei n.º 8.666/93”. (TCU, Acórdão n.º 1.336/2006, DOU de 07.08.2006)

Todavia, vale ressaltar que, nas hipóteses de dispensa de licitação prevista no art. 24, incisos I e II, da Lei n.º 8.666/93, os instrumentos contratuais poderão ser publicados na forma de extrato no Diário Eletrônico deste Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em conformidade com a Resolução n.º 29, de 26 de outubro de 2011, em observância aos princípios da publicidade, da eficiência, da simplicidade, da economia dos atos processuais e da redução dos custos operacionais, tendo em vista a disposição constante em seu art. 1º, cujo teor passo a transcrever:

“Art. 1º - Instituir o Diário Eletrônico da Justiça Federal da 5ª Região, com meio oficial de publicação dos atos judiciais, dos atos administrativos e de comunicação em geral.

§ 1º - O Diário Eletrônico da Justiça Federal da 5ª Região substituirá a versão impressa das publicações oficiais e será veiculado, gratuitamente, no Portal da Justiça Federal da 5ª Região, na internet, no endereço www.trf5.jus.br.

§ 2º - Nos casos em que houver determinação expressa em lei, as publicações serão feitas também no formato impresso, nos órgãos de imprensa oficiais e/ou jornais de grande circulação.

§ 3º - A publicação eletrônica não substitui a intimação ou vista pessoal nos casos em que a lei assim exigir.” (sem destaque no original)

Destarte, na hipótese aqui em comento, recomenda-se que, em prestígio ao princípio da publicidade, o ato de dispensa seja publicado no Diário Eletrônico deste Tribunal.

3. Conclusão.

Com essas considerações, restritamente aos aspectos jurídico-formais, este Núcleo de Assessoria Jurídica da Diretoria Geral opina favoravelmente à aquisição do material de informática em foco (peças para scanner), mediante a contratação direta da empresa ANDREZA LUIZA DOS SANTOS

FURTADO (Aimar Serviços Ltda.), CNPJ n. ° 30.826.856/0001-81, em conformidade com as condições insculpidas no PAD n. ° 81/2021, e com fundamento nos exatos termos do art. 24, inciso II, da Lei n. ° 8.666/1993 e alterações posteriores.

É o parecer que submeto à apreciação superior.

Em 17 de junho de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **CLARISSA CAPELA GOMES, SUPERVISOR(A) ASSISTENTE**, em 18/06/2021, às 16:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

http://sei.trf5.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2166247** e o código CRC **4763D37D**.

0004818-33.2021.4.05.7000

2166247v5



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 5ª REGIÃO

DESPACHO

Processo Administrativo n.º 0004818-33.2021.4.05.7000

Parecer do Núcleo de Assessoria Jurídica da Diretoria Geral n.º 130/2021. PAD n.º 96/2021. Aquisição de material de informática. Escolha do fornecedor e dos preços devidamente justificada. Parecer favorável com fundamento no art. 24, inciso II, da Lei n.º 8.666/93. Atualização dos valores do limite da dispensa de licitação estabelecida pelo Decreto n.º 9.412/2018. Parecer favorável à contratação direta, condicionada à disponibilidade orçamentária.

Acolho os termos do Parecer do Núcleo de Assessoria Jurídica da Diretoria Geral n.º 130/2021, para determinar a aquisição de material de informática (peças para scanner), mediante a contratação direta da empresa ANDREZA LUIZA DOS SANTOS FURTADO (Aimar Serviços Ltda.), CNPJ n.º 30.826.856/0001-81 em conformidade com as condições insculpidas do corpo do PAD n.º 96/2021 (documento n.º 2155589), e com fundamento nos exatos termos do art. 24, inciso II, da Lei n.º 8.666/1993 e alterações posteriores.

Encaminhem-se os autos à Secretaria Administrativa, para conhecimento e cumprimento.

Publique-se no Diário Eletrônico deste Tribunal.



Documento assinado eletronicamente por **TELMA ROBERTA VASCONCELOS MOTTA**, DIRETOR(A) GERAL, em 18/06/2021, às 18:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf5.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2168581** e o código CRC **94821E57**.